

humanitas

Vol. XXXI-XXXII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXXI-XXXII



COIMBRA

MCMLXXIX-MCMLXXX

propriamente ditos, seriados tematicamente: estudos respeitantes à tradição manuscrita, contributos para o estabelecimento do texto — o autor faz conjecturas, algumas das quais bastante felizes —, exegese, uns e outros por ordem cronológica dos carmes; por fim, a concluir a primeira parte, um estudo sobre prosódia e métrica. Na segunda estão coligadas as recensões respeitantes à mesma temática.

É indiscutível a utilidade de reunir em volume artigos dispersos em revistas desde 1952 e, por isso, nem todos de fácil acesso. De inegável utilidade são também os dois índices que completam o volume: um dos passos citados e outro onomástico e ideográfico.

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA

WALTER BURKERT, **Structure and History in Greek Mythology and Ritual**. Sather Classical Lectures. University of California Press, 1979. 226 pp. e 12 gravuras.

Já em 1970 as Sather Classical Lectures haviam dedicado um volume ao estudo do mito, pela pena de um grande helenista, G. S. Kirk (*Myth. Its Meaning and Functions in Ancient and Other Cultures*, a que serve de complemento clarificador *The Nature of Greek Myths*, publicado pelo mesmo autor na Penguin em 1974). Aí se discutiam as várias interpretações modernas do fenómeno, embora sem chegar a nenhuma definição suficientemente clara, e se atacava vigorosamente a teoria estruturalista de Lévi-Strauss.

Também sobre este difícil tema, a mesma série acaba de apresentar um denso e profundo estudo daquele que se tornou, sobretudo depois da publicação de *Griechische Religion der archaischen und klassischen Epoche* (Stuttgart, 1977), uma das maiores autoridades na matéria.

Apoiado numa bibliografia vastíssima, que enche páginas e páginas de notas, e numa iconografia que abrange as últimas novidades, o A. teoriza, nos dois primeiros capítulos, sobre o mito e sobre o ritual, para depois analisar, nos seguintes, diversos exemplos, nas suas múltiplas expressões: «As transformações do bode expiatório», «Héracles e o Senhor dos Animais», «A Grande Deusa, Adónis e Hipólito», «De Telpinus a Telpusa: à procura de Deméter».

Para obter uma definição de mito, Burkert procede por aproximações, utilizando algumas das teses mais conhecidas para superar as suas limitações. Assim, aceita provisoriamente a teoria de Kirk, de que «o mito pertence à classe mais genérica do conto tradicional», para mostrar que o que constitui a característica principal do mito não é a sua criação, mas a sua transmissão e preservação. O conto é, acima de tudo, algo com sentido, não identificável com nenhum texto — pode ser um canto em Homero, uma digressão em Píndaro, uma tragédia inteira, uma alusão numa ode coral, um trecho de Apolodoro ou um escólio de Aristófanes (p. 3). «A forma do conto não é produzida pela realidade, mas pela linguagem..... O mito é então,

dentro da classe de contos tradicionais, um contar de histórias não-factuais» (ibidem). Mas — continua — o mito é uma coisa séria. Como conciliar esse facto com a falta de referência à realidade? A dificuldade já foi sentida pelos Antigos, que procuravam o sentido originário sobretudo na natureza, e também na história. Que havia contos ligados a fenómenos dessa espécie, não pode negar-se, mas seria ingénuo aceitar que qualquer conto proviesse directamente dos factos. Mas mais errado ainda seria substituir pelo referente directo, não qualquer realidade empírica, mas entidades do domínio da metafísica ou da psicologia (como Jung), pois o mito não pertence ao reino do inconsciente, mas da linguagem.

Daqui passa à segunda tese, a estruturalista, que procura a identidade do conto tradicional (incluindo o mito) numa «estrutura de sentido», dentro do próprio conto. Critica então os dois tipos principais de análise estrutural: a da célebre *Morfologia do Conto* de V. Propp e a não menos famosa *Antropologia Estrutural* de Cl. Lévi-Strauss — que, embora separadas no tempo por trinta anos, se pode dizer que foram simultâneas, uma vez que Propp só foi divulgado no Ocidente em 1958. Uma observação muito penetrante do A. é a que mostra como a definição de «conto popular» como sequência fixa de funções, embora com pessoas intermutáveis, está surpreendentemente próxima da definição que Aristóteles dá de mito na *Poética* (p. 6).

Uma das secções mais importantes da obra é a que contém a crítica a Lévi-Strauss, que, como muito bem se diz a p. 11, «não provou nada, mas mostrou de uma forma sem precedentes o que os estudiosos podem fazer com os mitos». Formula-lhe três objecções principais, que poderão resumir-se assim: 1) Há um limite às fórmulas matemáticas, que só fazem sentido se contém autênticas variáveis, ou seja, se se aplicam a mais de um caso e se são suficientemente específicas para irem além de banalidades; 2) o estruturalismo não distingue o essencial do accidental, o objectivo de projecções; 3) o estruturalismo não leva ao entendimento, à decifração; um sistema de signos não se contém em si mesmo; não há signos sem significação, e a significação esvazia-se, desde que não haja referente.

Pelo contrário, Burkert orienta-se para uma interpretação dos mitos em que se distinguem as adições que os enriquecem ao longo do tempo. Chega assim à noção de «cristalização» de um conto, ou seja, «que aquilo que o torna específico, inesquecível, ao que parece, pode ser o entretecer de múltiplas estruturas» (p. 18). Entre os princípios actuates nessa cristalização de sentido contam-se o contraste e a simetria. Constituem-se deste modo «cristalizações adicionais» que explicam, por exemplo, a diferença entre o mito hitita de Kumarbi e o de Kronos em Hesíodo — com uma clara simetria neste último, já notada por Kirk.

O A. tem plena consciência da dificuldade de englobar numa só definição todas as espécies de muitos gregos, pois se alguns são de facto um conto sobre as origens, da história sacra (como pretende Eliade), muitos outros são do tempo da Guerra de Tróia.

Chega então à sua própria tese: «O mito é um conto tradicional, com referência secundária e parcial a algo de importância colectiva». Mito é um conto tradicional aplicado, e a sua relevância e seriedade radicam largamente na sua aplicação. Os fenómenos de importância colectiva que são verbalizados pela aplicação de contos tradicionais são os da vida social, do ritual religioso, do medo dos fenómenos da Natureza, da experiência da doença, e problemas gerais da sociedade humana.

Esta definição pelo campo de aplicação tem o seu complemento na atenção prestada à dimensão histórica. Ao contrário dos estruturalistas, o A. reconhece e sublinha a importância dos níveis históricos do mito, correspondentes às suas diversas aplicações e cristalizações, como já vimos.

Um exemplo muito sugestivo de demonstração desta doutrina é o mito de Polifemo, que caracteriza como um conto popular quase puro, se não fosse a presença do nome de Ulisses — e o aparecimento de nomes é um conhecido indicativo da diferença entre mito e conto — e a ligação do herói com a Guerra de Tróia. Por outro lado, o tipo de arma com que ele cega o Ciclope, forjada ali mesmo, é uma relíquia do Paleolítico.

Outra questão igualmente difícil é a definição de ritual e da sua relação com o mito. O A. refere, criticando-as, as principais interpretações de ritual, mostra a sua proximidade com o mito (embora sem dependerem necessariamente um do outro, porquanto há mitos sem ritual e vice-versa), e chega a esta definição: «Mito significa narrar um conto com referente suspenso, estruturado por algum modelo de acção basicamente humano; ritual é acção estereotipada, refeita para demonstração» (p. 57). O ritual é mais antigo, pois se encontra em animais (e o A. já referira o pormenor de, sob o ponto de vista da biologia, o ritual humano também pode ser interpretado como um modelo de acção que se refaz com fins demonstrativos).

Quanto às análises efectuadas, com base nestas teorias, nos capítulos 3 a 6, elas vêm iluminar, de uma maneira por vezes decisiva, a relação entre diversos mitos (gregos, orientais, mediterrâneos, sem esquecer factos pré-históricos). Estão neste caso: a interpretação do Cavalo de Tróia como uma transformação do animal consagrado, que transfere a desgraça para os inimigos que o aceitarem; a da expulsão do Rei Édipo (na esteira de Harrisson) como um ritual de *pharmakós*; a relação dos mitos de Hércules, não com a chamada invasão dórica, mas com a crença, documentada desde as pinturas em grutas pré-históricas, num auxiliar miraculoso, que é capaz de trazer os animais do além. Quanto a este último, reconhece que o seu enigmático nome deve ser mais tardio do que o modelo das histórias: «Não havia, para começar, um indivíduo, mas contos, estruturados pela experiência prática e ritual, possuidores das marcas do ritual xamanístico da caça; estes contos acumularam-se para criar a figura a quem os Gregos chamaram Hércules» (p. 96). O A. não deixa de distinguir neste Hércules, facilmente ligado à comédia pelo motivo da abundância de comida trazida das suas aventuras, do Hércules paradigma da existência trágica, que surge em Sófocles e em Eurípides.

Mais discutível se afigura a interpretação do mito de Hipólito. Que o «actante» principal seja a deusa Afrodite, representada a nível humano por Fedra, e que a figura do príncipe esteja delineada para corresponder a este programa de acção, não oferece dúvidas. Por outro lado, a ligação do nome de Hipólito com Poséidon, que manda o monstro que o aniquila, e tinha culto em Trezeno desde a Idade do Bronze, parece suficientemente clara. Nestas condições, o que se torna mais difícil é explicar a inserção da deusa na história. Burkert formula a hipótese de a figura de Afrodite ter vindo através das representações em relevos fabricados no norte da Síria desde o séc. IX a.C. e exportadas para Chipre, Frígia e Grécia. Aí aparece uma deusa em posição frontal que, para os orientais, era Istar. É certo que logo a seguir o A. reconhece a fragilidade desta tese e adverte: «Os especialistas têm boas razões para serem renitentes à questão da quantidade de informação que foi trans-

mitida ao longo destas representações introduzidas por meio do comércio» (p. 114); e, mais adiante, prossegue: «Para impedir mal-entendidos: isto não é para sugerir que o mito de Hipólito surgiu ou foi 'criado' com um olhar para duas figuras num relevo importado..... Os relevos, sugere-se, podiam actuar como um elemento catalisador, que ligava o mito sobre a vítima a Afrodite ou a sua contrapartida humana com Poséidon e o cocheiro». Dos três tipos de transmissão que aponta entre o Oriente e a Grécia (propagação, imitação de nova experiência ritual, adaptação de um conto, apoiado em representações, a um ritual pré-existente, e, neste sentido, indígena), este enquadrar-se-ia no terceiro. Sublinha, por outro lado, que o ideal de pureza de Ártemis, que na tragédia se opõe a Afrodite, não é devido ao ritual; é uma cristalização poética de Eurípides.

Um aspecto importante da metodologia do A. é precisamente este: reconhecer o papel da criatividade dos artistas na fixação de muitos mitos. Essa atitude evidencia-se em especial no último capítulo, onde põe em relevo o papel da *Iliada*, que fez com que a mitologia grega assumisse uma forma individual. «Uma mitologia desta espécie era mais bela e mais consistente de que qualquer outra anterior, mas, ao mesmo tempo, menos imediata e menos real» (p. 141).

Impossível dar uma ideia completa da variedade de soluções, de relações encontradas, de aproximações sugestivas, tantas elas são. Mas, mais importante que tudo, é a permanente busca do humano, a noção do valor da História e a visão de conjunto dos factos, que vai desde o Paleolítico às «florestas de cimento» da actualidade, onde o homem de hoje, como o das cavernas, continua a procurar um regresso à natureza — nem que não seja senão nas plantas de apartamento. O homem, nas suas ânsias, nos seus temores, mantém-se fundamentalmente o mesmo. Deixemos, como diz o Autor no prefácio, que a tradição faça sentido.

M. H. ROCHA PEREIRA

THE JOINT ASSOCIATION OF CLASSICAL TEACHERS' GREEK COURSE, **Reading Greek**. Cambridge University Press, 1978 (reprinted 1979).

Vol. I. Text. XVI + 182 pp. il. Vol. II. Grammar, Vocabulary and Exercises. X + 366 pp.

Os melhores manuais de Grego saídos ultimamente na Inglaterra todos apontam como meta principal facultar ao aluno o domínio suficiente da língua para entender os textos e apreciá-los, no mais curto prazo possível. É mais ou menos isto o que se lê nos prefácios de três livros com razão considerados modelares: L. A. Wilding, *Greek for Beginners* (London, Faber and Faber, 1957, 2^a 1959), C. W. E. Peckett and A. R. Munday, *Thrasymachus* (Shrewsbury, Wilding and Son, 1965); B. R. Rees and Margaret E. Jervis, *Lampas* (Oxford, Blackwell, 1970) — todos eles com diversas reimpressões.